

Privatização inclui o FGTS e o FCVS

O presidente do BNDES anunciou ontem os tipos de moedas que poderão ser usadas na nova fase de privatização. Todo e qualquer crédito contra o Tesouro Nacional, como as notas do Tesouro Nacional, por exemplo. Esses créditos não são automáticos e dependem de autorização do Ministério da Fazenda. Qualquer credor da empresa que está sendo privatizada será autorizado a participar. Nesses dois casos, o crédito tem que ser líquido e certo, com valor conhecido e sem questionamento de valor. As moedas sociais são o FVCS, o FGTS, que juntos representam US\$ 8,5 bilhões, e o imposto compulsório sobre combustíveis e carros (este último acumula valores em torno de US\$ 1,2 bilhão). Recursos do PIS/Pasep estão fora.

Já a Comissão do Programa Nacional de Desestatização passará a ser vinculada ao Ministério da Fazenda, que discutirá o saneamento financeiro e societário da empresa antes de entrar no processo de privatização.

O presidente do BNDES, Pêrsio Arida, afirmou ainda que as estatais do setor elétrico só serão privatizadas após debate com a sociedade. Para viabilizar isso, o presidente Itamar Franco vai publicar um decreto convocando toda a sociedade civil para o debate a respeito do assunto para definir como essa privatização será feita. Arida anunciou também que o Governo vai vender todas as suas participações minoritárias em empresas privadas do País.

O ministro do Trabalho, Walter Borelli, vai propor, em reunião, na segunda-feira, com Jair Meneghelli da CUT e Luís Antônio Medeiros (Força Sindical), que essas moedas sejam utilizadas na compra de ações de empresas a serem privatizadas, cujas ações seriam controladas pelo conselho do FGTS.